

# Participantes de audiência defendem integração das ações de preservação da água

❑ *Autoridades estaduais e lideranças empresariais se reúnem, na Assembleia Legislativa, para debater o uso racional dos recursos hídricos*

A necessidade de convergir as várias ações de preservação das águas e do uso racional dos recursos hídricos foi defendida em audiência pública conjunta das comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa (ALMG), na última quarta-feira (14).

Um dos objetivos da reunião foi contribuir com informações que permitam a Minas Gerais ter uma participação efetiva nas discussões do Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília, de 18 a 23 de março.

O chefe de gabinete do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Marcelo da Fonseca, disse que Minas Gerais vem enfrentando uma situação crítica com a redução do volume de chuvas. Segundo ele, o Igam está desenvolvendo ações para minimizar o problema, como a implementação de uma regulamentação sobre o uso da água.

“Queremos quebrar essa visão de que a agricultura é nociva ao meio ambiente”

Marcelo da Fonseca também destacou a criação de um grupo, composto por órgãos do Governo, universidades e sociedade civil organizada, com o objetivo de compartilhar o que está sendo feito e propor soluções. Para ele, é fundamental identificar as ações



CLARISSA BARÇANTE

Participantes usaram vários meios para destacar a importância da questão

desenvolvidas por cada entidade e convergi-las nas regiões estratégicas do Estado.

**INTEGRAÇÃO** - O analista ambiental da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (Faemg), Guilherme da Silva Oliveira, também defendeu a integração das ações desenvolvidas hoje no Estado. Para ele, cada entidade desenvolve iniciativas, mas não há planejamento. “Os comitês das bacias deveriam ser utilizados para organizar as ações”, defendeu.

O superintendente de Meio Ambiente da Copasa, Nelson Guimarães, reconheceu que há um déficit no saneamento básico, mas garantiu que a empresa trabalha para corrigir esse problema. Segundo ele, a Copasa é responsável pelo atendimento de 11,5 milhões de pessoas com água e de 7,8

milhões de pessoas com esgoto.

Dentro da sua área de concessão, a empresa atende 91% da população com água e 79% com coleta de esgoto, sendo que 82% do esgoto recolhido é tratado. Nelson Cunha ainda falou sobre as ações desenvolvidas para melhorar o uso das bacias hidrográficas, além do projeto de revitalização do Rio das Velhas.

**CEMIG** - O gerente de Meio Ambiente da Cemig, Rafael Augusto Fiorini, informou que a empresa realiza o monitoramento dos recursos hídricos e da qualidade das águas dos reservatórios, atuando na conservação das matas ciliares e desenvolvendo programas voltados para a preservação dos peixes nas represas.

## Governo desenvolve projeto de revitalização do São Francisco

O superintendente de Desenvolvimento Social e Ambiental da Secretaria de Estado de Agricultura, Rodrigo Carvalho Fernandes, falou sobre o desenvolvimento rural sustentável e lamentou o fato de que, muitas vezes, o produtor rural é colocado injustamente como “vilão” no uso da água. “Queremos quebrar essa visão de que a agricultura é nociva ao meio ambiente”, afirmou.

Rodrigo Fernandes apresentou o projeto desenvolvido pela pasta, em parceria com outras entidades, voltado para a revitalização do Rio São Francisco e conscientização do produtor rural. Ele destacou que o projeto incentiva as boas práticas agrícolas, protegendo nascentes e matas ciliares e construindo terraços e barraginhas.

O analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Geraldo Magela, disse que a entidade tem feito um trabalho intenso para internalizar no movimento cooperativista a preocupação com o desenvolvimento sustentável e com o uso da água.

## Deputados cobram comprometimento do poder público

Um dos autores do requerimento para a reunião e presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB), considerou necessário avançar nas discussões, já que o uso racional da água é fundamental, diante do fato de que rios e represas estão secando.

Outro autor do requerimento e presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Glaycon Franco

(PV), lembrou que o Estado é considerado a caixa d'água do Brasil e ocupa uma posição estratégica.

A deputada Marília Campos (PT) ponderou que a preservação da água deve ser pensada no contexto da ocupação urbana, sendo necessário envolver no debate as agências metropolitanas e a secretaria estadual responsável pela gestão das cidades.

O deputado Fabiano Tolentino (PPS) criticou a falta

de ações da Copasa voltadas para o tratamento da água e defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assunto.

O deputado Dilzon Melo (PTB), por sua vez, condenou a tentativa de privatização de Furnas. Para ele, é preciso que o poder público foque na sustentabilidade e no uso racional da água.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**MINAS GERAIS**  
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO  
Executivo  
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL  
Legislativo  
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES  
Judiciário  
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil  
e de Relações Institucionais  
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA  
Subsecretário de Imprensa Oficial  
TANCREDO ANTÔNIO NAVES